

**TERRITÓRIOS URBANOS SAUDÁVEIS: ITINERÁRIOS, VICISSITUDES E
DIALOGIAS**

Healthy Urban Territories: Itineraries, Vicissitudes and Dialogues

André Luiz da Silva Lima¹

Resumo: O presente trabalho se assenta na reflexão em torno de alguns aspectos, considerados importantes, para a compreensão da noção de Territórios Urbanos Saudáveis. Inserida em contexto epistemológico de uma ciência comprometida com a transformação social, a reflexão aqui enunciada parte de uma investigação cujos pressupostos cunhados no âmbito da Saúde Coletiva são postos em interação com conceitos delineados por outras disciplinas, e se organiza sob a metodologia da pesquisa-ação, da noção de comunidade ampliada de pesquisa e da produção compartilhada de conhecimentos. A emergência da noção em questão, pode ser referenciada à conjugação de alguns processos significativos na história das políticas sociais: do importante movimento das Cidades Saudáveis, emergente no Canadá nos anos 1980; do projeto de Saúde ampliada concebido pelo Movimento Sanitário à partir da segunda metade dos anos 1970, e em parte consolidado com o SUS; e das correntes da teoria política – em alguns casos experimentados – de processos de descentralização político-financeira-operacional da gestão dos recursos públicos. Importa destacar que o locus da pesquisa que subsidia este trabalho se processa no conjunto de favelas de Manguinhos (para alguns, Complexo de Manguinhos), situado na região norte da cidade do Rio de Janeiro, caracterizado enquanto um território vulnerabilizado em suas dimensões social, ambiental, política e econômica. Desta forma, o itinerário percorrido destacará concepções de Territórios Urbanos Saudáveis, salientando vicissitudes de Manguinhos quanto aos limites e possibilidades de sua experimentação, com destaque aos sujeitos moradores e atuantes no território em questão.

Palavras-chave: Territórios Urbanos Saudáveis; Saúde Urbana; Favelas.

INTRODUÇÃO

O presente paper se constituiu à partir de um projeto de pesquisa-ação intitulado Programa de Territórios Urbanos Saudáveis (PTUS), concebido pela coordenadoria de Cooperação Social da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

¹ Fiocruz (Cooperação Social da Presidência) Endereço para correspondência: Av. Brasil, 4036 – Sala 803 Rio de Janeiro/RJ. E-mail: andrelimapesquisa@gmail.com.

à partir de sua experiência com movimentos sociais e coletivos populares das favelas que compõem o que comumente se identifica como Complexo de Manguinhos.

A Fiocruz se estabelece enquanto uma agência do Estado brasileiro, centenária, cuja missão, hoje, se vincula em fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) através de pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento, na produção de fármacos e medicamentos, no treinamento e formação de trabalhadores do SUS, no desenvolvimento de tecnologias sócias, e ainda, na reflexão e proposição de ações no âmbito das esferas pública e política quanto aos rumos das políticas públicas, em especial, daquelas que interferem na saúde das pessoas.

A Cooperação Social, por sua vez, constitui-se enquanto parte da estrutura organizacional da Presidência da Fiocruz, numa perspectiva que se diferencia dos setores de responsabilidade social nas empresas por seu caráter colaborativo em todas as fases e etapas de sua ação. Cooperar socialmente, portanto, declina-se da ideia de projetos sociais pontuais ou ainda, dos setores universitários de extensão, que protocolarmente – em muitos casos – atuam com populações do entorno de seus câmpus. Tal setor assume uma postura pedagógica pautada na dialogia e dialética, conformando-se em práticas de produção compartilhada de conhecimentos e do desenho de Comunidades Ampliadas de Pesquisa².

O que aqui responde pela denominação como ‘Complexo de Manguinhos’, ou ainda como o ‘bairro Manguinhos ampliado’ constitui-se um conjunto de sub-localidades, com histórias de uso e ocupação distintos, cuja delimitação – ainda que conflituosa e não unanime – acaba por se constituir como parâmetro de diversos projetos advindos de agências do Estado e Organizações Não Governamentais.

FAVELAS OU TERRITÓRIOS VULNERABILIZADOS?

As definições, o ato de nomear, especialmente no âmbito das ciências humanas sempre se coloca como uma tarefa problemática. A perspectiva disciplinar advinda da ciência moderna acaba por compartimentalizar o conhecimento sobre a experiência humana, e no caso das favelas, que se tornou alvo de investigações das mais diversas

² Ver Schwartz, 2000.

áreas, disciplinas e linhas de pesquisa, complexifica tal nomeação. Já nos alertava Michel Foucault das relações de poder existentes no ato de nomear, entre as ‘palavras e as coisas’ (2007). Estudos³ da sociologia e história indicam que tal terminologia advém da analogia, onde hoje se situa o Morro da Providência, do processo de ocupação pelos soldados que lutaram na Guerra dos Canudos, e cujos arbustos existentes no Sertão brasileiro de nome *favela*, se faziam existentes (ou algum outro de grande semelhança física) na referenciada localidade.

Diversos trabalhos⁴ indicam que tais localidades têm suas histórias assinaladas por narrativas estereotipadas, cuja enunciação se conecta ao incontestavelmente ao lugar de fala. Além de designar uma tipologia de localidade, também acaba por se personificar e adjetivar seus moradores, num complexo jogo de hierarquização social, e decisivamente estigmatizador. Pelo menos aqui no Rio de Janeiro, quem mora num condomínio não é chamado de ‘condominiado’ como se constata com o ‘favelado’. A construção simbólica da descrição e conceituação da favela a partir do que lhe falta acompanha sua história em diversos momentos, conjugando-se em certos enunciados à ideia de um lugar carente de salubridade e local privilegiado das doenças, bem como a ausência da ordem cívica, constituindo-se assim o seio preferencial da criminalidade e do ilegal. Essa natureza diversa, mas centrada na ausência, no campo da representação do que seja favela entrelaça-se, portanto, nos discursos enunciados por governantes, parlamentares, empresários e reproduzido pelos veículos de imprensa em seu tempo.

Este cenário de tramas e relações sustentadas na carência e ausência, atribuídas inicialmente⁵ por agentes externos, constituem elementos do complexo jogo discursivo, e de certa forma, segregadores, existente no desenrolar do século XX na cidade do Rio de Janeiro. Os desvios, as faltas, as ausências chegam ao patamar da inteligibilidade produzida nos indivíduos. Inicialmente os moradores dos cortiços cariocas, e depois dos territórios de favela, são caracterizados pelo que lhes falta no nível da conduta, do caráter, da cultura cívica, entre outros, justificando assim o comportamento autoritário do Estado e de seus agentes (VALLADARES, 2006).

³ Ver Valladares, 2005; Valla, 1986.

⁴ Ver Brum, 2011 ; Valla, 1986; Souza, 2005.

⁵ Inicialmente estes atributos discursivos são performáticos, e se reinventam e se reproduzem, inclusive nas falas dos próprios moradores de favelas.

Poderíamos assumir que esse suposto desvio da norma, em tese, seria o norteador do que poderíamos chamar de informal. Assim, em determinado momento da história, o processo de segregação e estigma, no patamar discursivo, possibilitou que a atribuição do adjetivo ‘favelado’ a um determinado fenômeno social para referenciar-se, de forma preconceituosa, a um evento informal (LIMA, 2018).

Neste sentido, o que conhecemos como Manguinhos tem sido referenciado pela imprensa, planejadores públicos, políticos e outros como um aglomerado de favelas. Pesquisas sobre essa localidade demonstram os estigmas que tal população sofre, impactando em seus modos de vida (FERNANDES & COSTA, 2009; FERNANDES & LIMA, 2014; LIMA, 2017).

Para designar essas localidades, organismos internacionais e agências estatais utilizam diversas nomenclaturas que mantêm o aspecto deficitário, da insuficiência e da carência, como no caso do uso dos termos “aglomerados subnormais” e “assentamentos precários”. O uso do termo ‘comunidade’ que há tempos recebeu crítica⁶ ao seu uso para referenciar-se aos grupos favelados, acabou por incorpora-se em diversos estudos⁷ sobre o tema na perspectiva de serem termos nativos.

Considerando os processos de produção de desigualdade territorial nas grandes metrópoles, no Rio de Janeiro, a segregação espacial teve seus limites, dentre outros aspectos, na própria ineficácia dos gestores públicos em ofertar possibilidades de habitação com acesso aos locais de trabalho. Deste modo, lavadeiras, empregadas domésticas, babás, trabalhadores da construção civil, entre outros, cujos locais de trabalho situavam-se na região central ou na zona sul, acabaram por instalar-se em terrenos sem uso nas proximidades de onde exerciam seus ofícios laborais (CARVALHO FILHO, 2005). Tal fenômeno impactou na formatação de táticas, normativas e arranjos sociais, de base local, estruturados para garantir a sobrevivência destes grupos populacionais.

Neste sentido, incorpora-se uma perspectiva que reconhece a potências destes moradores, cujo uso do solo, a forma das construções das casas, o acesso à energia elétrica e água potável, a gestão de comércio, serviços e indústrias para atender demandas locais, a forma de organização e gestão social do território, o mercado

⁶ Valladares, 2005; Leeds & Leeds, 2015.

⁷ Ver Fernandes & Costa, 2009.

imobiliário, entre outros conformaram o que aqui não se postula enquanto uma patologia, mas sim, resultado pelo direito à vida na cidade (LIMA, 2017; LIMA, 2018).

Por um postulado que reconhece que o uso dos termos ‘favela’ ou ‘comunidade’ são insuficientes pela heterogeneidade sócio-espacial-estrutural destas localidades, ou ainda das terminologias oficiais que definem tais localidades pela ausência e precariedade atribuindo e associando tais marcas às pessoas, o que não se sustenta sob um olhar mais acurado, a Cooperação Social da Presidência tem trabalhado com a ideia de ‘territórios vulnerabilizados’.

Ademais, tal relação de poder se coloca especificamente nas tramas do tecido urbano, e que para tal compreensão, “não implica apenas em estipular padrões regulares e comparar modelos de assentamentos urbanos”, com foco nas favelas, “mas sim de buscar reconhecer a complexidade do processo de urbanização em um país periférico e subdesenvolvido como o Brasil” (VOLOCHKO, 2008, pg. 218).

A perspectiva do viver saudável, depreende do entendimento de que os

desafios para a elaboração de planos e projetos urbanos tornam mais frequente a necessidade do diálogo interdisciplinar como uma das alternativas para a compreensão da dinâmica sociocultural heterogênea, complexa e estratificada das aglomerações urbanas (KZURE-CERQUERA, 2014, pg. 36).

E neste sentido, para a delimitação do que vem a ser o termo em questão, cabe assinalar que a noção assumida de território se insere na lógica da dimensão do poder, local, onde seus limítrofes não necessariamente são os administrativamente assumidos pelos governos. Pode-se citar o entendimento de Raffestin (1993, pg. 54) acerca de território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Assim,

face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora da geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. No momento em que se retorna à análise das relações de poder (...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto “**produzido**” pela

prática social, e também um produto “**consumido**”, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social (Grifo do autor -BECKER,1983, pg. 7-8).

Quando então o poder “surge por ocasião da relação”, e “toda relação é ponto de surgimento do poder” (RAFFESTIN, 1993, pg.54), também descortina-se no entendimento de território, quando coexistem em um mesmo espaço, várias relações de poder territoriais dá-se o nome de ‘territorialidades’, ou seja, uma área que abriga várias territorialidades pode ser considerada vários territórios.

Neste circuito de relações de poder, nas múltiplas teias e relações, cabe situar que o conceito de vulnerabilidade

vem sendo utilizado por distintas disciplinas e áreas de conhecimento no estudo de temas como desenvolvimento e sustentabilidade, pobreza e segurança alimentar, desastres naturais e tecnológicos, mudanças climáticas globais e problemas de saúde pública, de entre outros (PORTO, 2011, pg. 32).

Isso na prática, enquanto sua utilização em “distintas conceituações e terminologias”, pode dificultar o processo de diálogo entre comunidades de pesquisa com tradições diferentes” (PORTO, 2011, pg. 32). Aqui, entretanto, salienta-se a perspectiva processual, na qual grupos humanos sob as mais variadas formas de circunscrição e delimitação (territorial, étnica, religiosa, orientação sexual, etc) são submetidos à sofisticados mecanismos de dominação e sujeição, onde direitos essenciais à vida humana são tratados como dívidas e postos em sua totalidade enquanto um patamar inalcançável, ou seja, grupos postos em situação de vulnerabilidade.

Na perspectiva multidimensional da experiência humana, em sua territorialidade, se pode eleger dimensões importantes para identificar processos vulnerabilizadores, que no trabalho em questão são quatro: ambiental, social, econômico e político. As categorias e indicadores⁸ de análise utilizadas para aferição do nível de vulnerabilidade de determinado território assenta-se, portanto, na lógica dos direitos, tanto daqueles instituídos na Carta Constitucional de 1988, como também na

⁸ Em processo de construção no âmbito do PTUS.

perspectiva Global da Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada em 1948. Ademais cabe sinalizar a subscrição à perspectiva ampliada de Direitos Humanos, difundida no âmbito da Plataforma DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) Brasil. Sem aprofundamento no debate, pode-se afirmar que a perspectiva assumida neste trabalho se aproxima com a ideia de Henri Acselrad (2010), na qual a situação de vulnerabilidade das populações tem uma relação direta com o acesso aos direitos.

A literatura no campo da Saúde Coletiva permite identificar um alargamento no processo de inteligibilidade do que seja saúde, que no último quarto do século XX – no Brasil - estruturou-se na perspectiva de sua determinação social, sem desconsiderar aspectos ambientais e biológicos. Neste caso, habitação, acesso à cidade, lazer, emprego, entre outros aspectos, incidem sobre a possibilidade de uma experiência humana saudável. Um marco relevante para tal alargamento seria a resignificação do conceito de ‘Promoção da Saúde’ no contexto canadense, especialmente à partir da publicação conhecida como Informe Lanlonde em 1974, da publicação da Carta de Ottawa em 1986.

Ademais, deste movimento nasce uma corrente importante no seio da Saúde Pública Internacional, no âmbito das pesquisas em Saúde Urbana, conhecido como ‘Cidades Saudáveis’. Para Trevor Hancock (2008), com passagem na Organização Mundial da Saúde e no Ministério da Saúde do Canadá, além de ser um dos principais idealizadores do movimento Cidades Saudáveis, a “proposta [deste movimento seria] de concretizar o conceito de promoção da saúde, expresso na Carta de Ottawa, em 1986”. Segundo este pesquisador, tal proposta “tem a ver com políticas e práticas que permitam e facilitem o processo de ajudar as pessoas a aumentarem e melhorarem o controle sobre sua saúde”, conclui.

A concepção de cidade saudável, que hoje é pauta de debates em diferentes fóruns políticos-institucionais, representa inúmeras tentativas para diminuir os abismos sociais provocados, historicamente, pelos setores públicos e privados que detêm os meios de produção socioeconômica e a governabilidade dos territórios (KZURE-CERQUERA, 2014, pg. 34).

Portanto, a ideia de território saudável tem uma de suas raízes conceituais no movimento Cidades Saudáveis, que se espalhou pelo mundo em projetos com termos análogos, tais como 'Comunidades Saudáveis, Municípios Saudáveis, Estados Saudáveis, Regiões Saudáveis', etc. Ponto importante a se considerar é que a perspectiva assumida pela lógica das Cidades Saudáveis incorpora a dimensão da sustentabilidade ambiental, e reconhece que, mesmo que a iniciativa tenha sido concebida à partir de uma determinada localidade, as ações precisam interagir e considerar as dimensões local, regional, nacional e global dos processos que conduzem à mitigação de vulnerabilização. O Estado, neste caso, tem papel de grande relevância, assim como das população impactada.

Um dos aspectos ressaltados por diversos autores na construção de processos que visem o estabelecimento de Comunidades Saudáveis é o caráter participativo pleno da população adscrita, especialmente descrita pelo uso do termo 'empowerment' (assumido em português como empoderamento). Apesar das diversas batalhas conceituais em torno deste termo, o fato é que autores como Hancock (1993), Duhl(1986) e Wallerstein (1992) compreendem que o estabelecimento de Comunidades Saudáveis perpassa pela questão do poder, e neste caso, o termo empoderamento surge como adequado. Para a ideia de Territórios Urbanos Saudáveis, o poder adquire centralidade, especialmente porque as ações de participação e deliberação perpassam por lutas políticas, à partir de movimentos sociais, organizações populares, ONGs, e associações das mais diversas ordens.

Na perspectiva ampliada da Saúde, concebida a partir dos múltiplos processos de determinação social, a potencialidade dos sujeitos se manifesta de diversas vertentes, mas com um apontamento aqui significativo: não existe saúde sem democracia. Assim, recorrendo aos preceitos do Movimento Sanitário emergente na segunda metade dos anos 1970, advoga-se que qualquer estratégia de atuação para que um determinado território saia de sua situação de vulnerabilizado para a condição de saudável perpassa pelo estabelecimento de processos de ampliação da democracia, em caráter de alta intensidade.

ITINERÁRIOS, VICSSITUDES E DIALOGIAS

A compreensão das vicissitudes em torno da experimentação da vida em territórios vulnerabilizados depreende compreender as dinâmicas sociais destes espaços, mas alicerçando um inventário das redes de poder que percorrem tanto o circuito interno da teia em questão quanto nos seus ligamentos externos.

Desvencilhando-se do peso de qualquer abordagem localista, a perspectiva do estabelecimento de projetos de promoção de territórios saudáveis encontra ainda resistências de caráter estrutural da sociedade brasileira. A democracia, essencial para a superação de processos vulnerabilizadores, aqui lida enquanto um fenômeno social, historicamente situada, tem uma conotação de processo, sob a qual as noções de *cidadania* e *direitos* estão intrinsecamente interligadas. Sabe-se que se existe um aprofundamento do déficit histórico das garantias jurídicas e da manutenção das condições para o exercício pleno da cidadania no Brasil, seja por conta de um certo paternalismo na condução das políticas sociais⁹, ou pela manutenção de uma estrutura político econômico social que conduziu esta nação a um dos países mais desiguais do mundo¹⁰, resultando numa conformação que se configuraria num apartheid social na interpretação de Vera Telles (1994). Neste sentido, o exercício da cidadania na literatura por vezes foi adjetivado, como regulada¹¹, passiva¹², concedida¹³, relacional¹⁴ ou mesmo subcidadania¹⁵.

No contexto mais recente, observa-se que a Reforma Trabalhista, que retira direitos e precariza as relações de emprego no Brasil, bem como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) – aprovada e já em vigor- que, entre outros aspectos, congela os investimentos em Saúde e Educação por 20 anos se alinha ao movimento de tentativa de aprovação da Reforma da Previdência conduzido pelo atual Presidente da República. Tais ações, convergem-se com a redução orçamentárias de diversas pastas importantes, tal como a de Educação, Saúde, Habitação e Ciência e Tecnologia, e de posturas retrógradas como o congelamento das demarcações de terras Quilombolas, que por sua vez, acabam por contribuir para o acirramento das produções de desigualdades e

⁹ Velho, 1996.

¹⁰ Souza, 2003.

¹¹ Santos, 1979

¹² Carvalho, 2002

¹³ Sales, 1994

¹⁴ Da Mata, 1993

¹⁵ Souza, 2006.

injustiças sociais, e no enfraquecimento da democracia, onde já se vislumbra um aumento quanti e qualitativo do número de famílias vivendo em situação de pobreza.

Outros elementos não podem ser ignorados nestes circuitos de poder, pois podem validar ou inviabilizar conexões, ou ainda produzir, contribuir ou duelar com processos subjetivadores, e são eles: a onda conservadora entre a população de menor escolaridade, o fenômeno do crescimento vertiginoso das denominações religiosas de matriz neo-pentecostal, as premissas de consumo e individualidade de nossos tempos líquidos¹⁶, a ausência de utopias ou da escassez de horizontes de expectativas para fora do presente, dentre outros.

Uma das questões nefrálgicas, no nível local¹⁷ se assenta no controle territorial por grupos armados privados de territórios empobrecidos, contribuindo para que diversos processos de vulnerabilização se mantenha. No Rio de Janeiro, estes grupos se organizam em organizações que disputam territórios entre si, e ao mesmo tempo estabelecem uma certa dose de continuidade das redes de poder territorial entre os que operam sob a sigla da mesma facção criminosa.

Neste contexto, na busca de processos que emancipem os indivíduos e tornem possível a estes a opção de luta social e política na esfera pública pela garantia de direitos, e neste caso, para a experimentação da vida em um território saudável, a Cooperação Social da Fiocruz têm buscado atuar em 5 (cinco) áreas, a saber: Cultura, Meio Ambiente, Prevenção à violência armada, Comunicação Crítica e Educação. Todas essas áreas depreendem de uma inteligibilidade que diagnostica que a população de um determinado território vulnerabilizado comumente precisa enfrentar um déficit cívico-político, e para tal, a composição de uma estratégia para a conformação de um desenho de governança democrática territorial se torna *sine quo nom* para a experimentação de um território saudável. Em outras palavras, na perspectiva já enunciada do movimento de Cidades Saudáveis, incorpora-se o pressuposto da necessidade de empoderamento como algo latente e estratégico.

¹⁶ Bauman, 2001.

¹⁷ Apesar de um olhar que considera o nível o local, a problemática do controle territorial por grupos armados ligados ao narcotráfico depreende de um olhar que considerar as relações deste grupos no nível nacional e internacional.

Considerando as áreas de atuação para a promoção de um território saudável, na delimitação do projeto já referenciado, cuja atuação nas favelas de Manguinhos assume o caso piloto, elegeu-se eixos para uma atuação estratégica, a saber:

a) Fortalecimento dos grupos populares e suas redes locais – Saúde, Direitos, Democracia e Cidadania são conquistas sociais permanentes e coletivas. Fortalecer os grupos populares e suas redes são parte fundamental para a composição de concertações visando a governança democrática, e por conseguinte, almejando um território saudável.

b) Articulação local, regional, estadual e nacional – Além das redes locais, compreende-se fundamental fomentar, fortalecer, assessorar e induzir redes para além do território, tanto com movimentos sociais e organizações com temas correlatos, como também instituições de pesquisa, agências e organismos internacionais, organizações não governamentais, e principalmente, na estrutura fragmentada do Estado brasileiro.

c) Formação Sócio-Técnica – Conceber cursos, oficinas e workshops à partir do diálogo com movimentos sociais e às diversas experiências educacionais na Fiocruz para territórios vulnerabilizados se torna imperativo. Perscruta-se a noção de Produção Compartilhada de Conhecimentos, na lógica horizontal *paulofreireana*.

d) Difusão da Cultura Democrática – Compreende-se que na adoção dos planejamentos e estratégias visando a mitigação dos processos vulnerabilizadores, a difusão da Cultura Democrática pode se tornar um catalizador para processos e fluxos emancipatórios.

e) Unidade de intervenção no território – Por se tratar de um projeto da ‘presidência’ da Fiocruz, busca-se articular ações e iniciativas de outras unidades administrativas no mesmo território, buscando uma unidade político-pedagógica nas intervenções.

CONCLUSÕES

As linhas aqui delineadas buscaram narrar e problematizar alguns dos aspectos em torno das condições de possibilidade para o estabelecimento de um conjunto de iniciativas em articulação, parceria e cooperação com os moradores de Manguinhos organizados coletivamente, de modo a primar pela construção de fluxos participativos permanentes que contribuam na mitigação dos processos vulnerabilizadores. Em outras palavras, como fortalecer os moradores das favelas de Manguinhos, em suas ações em defesa por direitos, a potencializar suas ações, de modo que impacte na máquina estatal, garantindo políticas públicas territorializadas, que por sua vez promoverão saúde desta população.

Apesar das referências institucionais no decorrer da narrativa, este não é um texto institucional, situado assim o autor na perspectiva de um sujeito imbricado na percepção de Merhy (2004). Algumas das problematizações aqui enunciadas constituem um resultado dialógico e dialético entre diversos pesquisadores-moradores¹⁸ e pesquisadores acadêmicos, sem a qual o conhecimento aqui em fomento não seria possível. Deste modo, reforça-se o modo de agir em cooperação social, na qual a horizontalidade das concertações e diálogos são alvos do cotidiano, assentada na ideia de produção compartilhada de conhecimento.

Reinventar a democracia, portanto, parafraseando Boaventura de Souza Santos se assenta em conclamar os sujeitos de uma determinada localidade para a reflexão e luta política, que pode se processar por diferentes meios. Lutar por educação, assistência social, lazer, emprego, entre outros, significa compreender que tais dimensões contribuem para o viver saudável. Tal experimentação depende de sujeitos conscientes de sua situação sócio histórica de vulnerabilização, que impactará nas tomadas de decisão futuras.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade, processos e relações in FERREIRA, Helene Sivini; LEITE, José Rubens Morato e BORATTI, Larissa Verri (orgs.). Estado de direito ambiental: tendências. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

¹⁸ Adotando a perspectiva de Comunidade Ampliada de Pesquisa (SCHWARTZ, 2000).

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Berta K. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B.; (orgs) Abordagens Políticas da Espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, 5ª impressão.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. Cidade Alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro / Mario Sergio Ignácio Brum. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DUHL, L.J. The healthy city: its function and its future. Health Promotion, 1, 1986.

FERNANDES, Tania Maria Dias e LIMA, André Luiz da Silva. Poder y política de planificación habitacional en favelas in Rio de Janeiro de los años 2000. In: Power and Democracy: the many voices of Oral History. XVIII IOHA Conference, 2014, Barcelona. Comunicaciones - Power and Democracy: the many voices of Oral History. XVIII IOHA Conference, 2014. v. I. p. 1534-1542.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e terra, 1993.

HANCOCK, Trevor. The Evolution, impact and significance of the healthy cities – healthy communities movement. Journal of Public Health Policy, 14(1), 1993.

HANCOCK, Trevor. Trevor Hancock explica conceito de Cidades Saudáveis. Agência Fiocruz de Notícias, 25 de abril de 2008.

KZURE-CERQUERA, Humberto. A saúde da Cidade sob Suspeita. In: SILVEIRA, Carmem Beatriz et. Al (Org.) Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

KZURE-CERQUERA, Humberto. Limites e desafios para o urbanismo contemporâneo face às fragmentações, colisões e articulações do espaço da cidade. In:

HERBST, H. (Org). Dez anos de Arquitetura na Rural: percursos e perspectivas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Rural do Rio de Janeiro. Seropédica: Editora da UFRRJ, 2010.

LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. A sociologia do Brasil Urbano (2ª edição organizada por Elizabeth Leeds e Nísia Trindade Lima). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

LIMA, André Luiz da Silva. Não vou bater palmas para maluco dançar: participação social nas favelas de Manguinhos (Rio de Janeiro, 1993-2011). 2017. 335 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

MERHY, Emerson Elias. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO. T.B. et al. Acolher Chapecó: uma experiência de mudança com base no processo de trabalho. São Paulo: Hucitec, 2004

OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; et all (ORG). Direitos humanos e saúde: construindo caminhos, viabilizando rumos. Rio de Janeiro: CEBES, 2017.

PAIM, Jairnilson Silva. Reforma Sanitária Brasileira – Contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 25, p. 26-37, 1994. Disponível em : http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm. Acesso em : 22/11/2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979, 138 p.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n. 7, p. 38-47, jul./dez. 2000.

SOUZA, Jessé de. A radiografia do golpe. Rio de Janeiro: Editora LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé. A Construção Social da Subcidadania. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Revisitando a crítica ao mito da marginalidade: a população favelada do Rio de Janeiro em face do tráfico de drogas. In: ACSELRAD, G. org. *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

VALLA, Victor Vincent (Org.). *Educação e favela*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996.

WALLERSTEIN, N. Powerlessness, empowerment, and health: implications for health promotion programs. *American Journal of Health Promotion*, No 06, 1992.